



COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 34.265.561/0001-34

SEDE
São Paulo - SP

Continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pode ser demonstrada como segue:

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/base negativa	Total
Saldo inicial em 01/01/2017		5.330	14.885	20.215
Constituição	1.570		(6.878)	1.570
(Reversão) / (Utilização)	(1.864)		8.007	(8.742)
Saldo final em 31/12/2017		5.036	14.885	20.215

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/base negativa	Total
Saldo inicial em 01/01/2016		4.740	16.812	22.931
Constituição	2.994		(1.927)	2.994
(Reversão) / (Utilização)	(1.379)		(2.404)	(5.710)
Saldo final em 31/12/2016		5.330	14.885	20.215

A provisão para imposto de renda diferido sobre exclusões temporárias refere-se, principalmente, a superveniência de depreciação.

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	25.593	25.593	26.897	26.897
Adições (exclusões) permanentes:				
Juros sobre capital próprio		(3)	(630)	(630)
Participações estatutárias		41	117	(152)
Outros	2.954			
Base de cálculo	28.544	25.631	22.584	22.315
Alíquota base	(4.281)	(5.110)	(3.388)	(4.463)
Alíquota adicional	(2.830)		(2.234)	
Incentivos fiscais	138		174	
Crédito tributário majoração de alíquota CSLL (I)				1.259
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(6.973)	(5.110)	(5.448)	(3.204)

(I) A administração revisa periodicamente as perspectivas de realização dos créditos tributários, tendo registrado mais créditos tributários relacionados a elevação da alíquota de contribuição social.

(c) Expectativa de realização

Exercícios	Expectativa de realização por período
2018	2.145
2019	3.471
2020	3.394
2021	855
2022	531
2023	530
2024	530
2025	529
2026	529
2027	529
Total	13.043

20 GESTÃO DE RISCOS

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

Os acionistas e administradores do Conglomerado BMG consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor relação entre risco e retorno.

Por isso, com o intuito de obter sinergia no processo de gerenciamento de riscos, a gestão de todas as Instituições do Conglomerado Financeiro é feita de forma integrada. O Banco BMG destaca a Diretoria Executiva de Controladoria que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional, o Banco BMG instituiu a Superintendência de Riscos Corporativos – SURIC, uma estrutura que trata de todas as necessidades do gerenciamento de riscos, em toda a organização, de maneira estruturada e comum, de modo que seja possível medir, agregar e estimar o relacionamento dessas informações em uma base corporativa.

O Conglomerado Prudencial BMG, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

I - Risco de Crédito – As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Financeira de perdas decorrentes de operações de crédito, o Banco constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação.

II - Risco de Liquidez – A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

III - Risco de Mercado – O Conglomerado BMG emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco Operacional – O BMG adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios.

A íntegra da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponibilizada no site de Relações com Investidores (<http://www.bancobmg.com.br/RI/>).

DIRETORIA

CONTADORA RESPONSÁVEL
DAMIANA ABREU DA SILVA
CRC - 1SP251315/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil ("Leasing") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal, de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Leasing não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2.1.1, 7 e 19)</p> <p>O crédito tributário, oriundo substancialmente de diferenças temporárias prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido na medida que a Administração considera provável que a Leasing irá gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração e foram aplicadas nas projeções para os próximos 10 anos.</p> <p>Essa permanece uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos do Banco Central do Brasil relativos ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis e requisitos específicos do Banco Central do Brasil.</p> <p>Efetuamos análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para a Leasing.</p> <p>Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores. Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas.</p> <p>Constatamos que a elaboração dos estudos de realização dos créditos tributários estão alinhadas com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da realização dos mesmos são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para passivos contingentes tributários (Notas explicativas 2.1k, 12)</p> <p>A Leasing é parte de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e especialmente tributárias.</p> <p>Os processos judiciais de natureza tributária estão sob tutela de advogados externos especializados tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, bem como na apuração dos valores relacionados a provável saída de recursos.</p> <p>O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial.</p> <p>Essa permanece uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos tributários em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram reuniões de entendimento com a administração para apurar a identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, e registro da provisão para passivos contingentes, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados.</p> <p>Efetuamos também procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto ao andamento dos processos relevantes.</p> <p>Analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas tributárias significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica.</p> <p>No contexto de relevância das demonstrações financeiras, os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a suficiência de provisão para processos com perspectiva de perda provável, bem como divulgação dos valores em risco para processos possíveis.</p>

Outros assuntos	Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
<p>Demonstração do Valor Adicionado</p> <p>A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Leasing, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação complementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Leasing. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>	<p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p>
<p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</p> <p>A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p>	<p>Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</p> <p>Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.</p> <p>Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</p> <p>Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manterem em continuidade operacional.</p> <p>Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</p> <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC: 1SP197007/O-2



Como fazer um planejamento eficiente nas vendas?

Carlos Cruz (*)

O ano de 2017 foi marcado por uma leve retomada na economia do país e, conseqüentemente, nas vendas.

Segundo o Indicador Movimento do Comércio, apurado pela Boa Vista SPC, o setor cresceu 1,5% no ano passado, na comparação com 2016, o que representa a primeira expansão desde 2014. Seguindo esses dados, podemos esperar que 2018 seja um período ainda melhor para as vendas. Mas será que você, gestor, está preparado para vender mais?

Fazer o planejamento de todo o

ano é fundamental, levando em conta todas as estratégias e táticas – sim, elas têm significados diferentes: a estratégia mostra a posição atual e traça a trajetória para se chegar à posição desejada; já a tática é a implementação dessa estratégia, é o colocar em prática as ações pré-definidas. Enquanto a estratégia é abstrata e baseada em objetivos de longo prazo, a tática é concreta e baseada na descoberta das melhores ações imediatas.

Para definir o plano e tirá-lo do papel, é necessário reservar um tempo para estudar o seu negócio, para avaliar o potencial de cada proposta, para conhecer o perfil dos seus clientes, para identificar as oportunidades e os gaps. Confira algumas ações

fundamentais para potencializar as vendas neste ano:

1. Defina objetivos - Para planejar as atitudes que serão tomadas durante o ano, determine o que deseja alcançar. É impossível optar por uma tática, sem ter um norte para seguir. Por exemplo, busque aumentar a carteira de clientes, com o intuito de melhorar as vendas e expandir seu networking;
2. Saiba analisar- Após definir quais são as metas, é importante analisar se o que está sendo feito atualmente é eficiente. Se a resposta for "não" ou "não o suficiente", está na hora de mudar as táticas de vendas. O

vendedor que não consegue realizar uma negociação de forma assertiva, por exemplo, deve investir na quantidade de contatos realizados;

3. Estude o mercado e a clientela - O vendedor deve conhecer bem o seu setor e os responsáveis pela tomada de decisão. Isso ajuda a enxergar os problemas e a oferecer as soluções corretas, porém exige que o profissional reserve um tempo para estudo e planejamento;
4. Coloque em prática - Depois da fase de análise, existem as ações táticas. Avalie quais atitudes serão tomadas, por qual motivo e o que é preciso fazer para atingir os ob-

jetivos propostos. Para aumentar o ticket-médio, por exemplo, uma estratégia é estimular o time de vendas com workshops e comissões diferenciadas, com o intuito de oferecer aos profissionais novas técnicas de abordagem e ainda mantê-los concentrados;

5. Estipule prazos - Para o período tático, faça cronogramas com os passos que deverão ser dados dentro do período estipulado. Possuir todo o planejamento em um documento permite ter uma noção de prioridades e urgências. Monte o seu Plano Tático de Vendas e bons negócios!

(*) - É diretor do Instituto Brasileiro de Vendas (www.ibvendas.com.br).